

TRANSFORMAÇÕES DA INTIMIDADE DE GIDDENS À LUZ DE ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE MAX WEBER.

Teresa Maria L. de Assunção M. Toldy - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UFP
Professora Auxiliar

ABSTRACT

Giddens interprets sexuality and intimacy as the place of the enunciation of the dilemma of the self in the context of modernity and proposes a reading of the relation between sexes and the different positions of women and men toward these realities. We propose ourselves to accompany the analysis of Giddens' work with a reference to a text from Weber seeking the influences he has on the option for the valorization of the impact of ideas and values in the social transformation.

RESUMO

Giddens interpreta a sexualidade e a intimidade como o lugar de enunciação dos dilemas próprios do *self* no contexto da modernidade e propõe uma leitura da relação entre os sexos e da posição diferente das mulheres e dos homens face a estas realidades. Propomo-nos acompanhar a análise da obra de Giddens de uma referência a um escrito de Weber, procurando as influências deste na opção de fundo pela valorização primordial do impacto *das ideias e valores* na transformação social.

Anthony Giddens, na sua obra *The Transformation of Intimacy – Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies* (1992)¹ – procura analisar a relevância da sexualidade e da relação íntima entre os sexos para a redefinição do *self*, traço típico da modernidade, que o autor, numa outra obra – *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age* (1991) – descreve através de dilemas: unificação vs. fragmentação (o projecto reflexivo do *self* constitui-se a partir de experiências fragmentárias); impotência vs. apropriação (o estilo de vida moderno tanto apresenta oportunidades de apropriação como gera sensações de impotência); autoridade vs. incerteza (em situações de ausência da primeira, o *self* tem que se afirmar apesar das incertezas) e construção do *self* apesar das experiências de influência externa.

Na obra que nos propomos analisar, a sexualidade e a intimidade são tomadas como o lugar de enunciação destes dilemas, avançando Giddens uma interpretação para as mesmas que constitui, simultaneamente, uma leitura da relação entre os sexos e da posição diferente das mulheres e dos homens face a estas realidades.

Propomo-nos acompanhar a análise da obra de Giddens de uma referência ao escrito de Max Weber *Soziologische Kategorienlehre*², tal como se encontra na sua obra póstuma *Wirtschaft und Gesellschaft* (primeira edição: 1921). Além de ser um clássico incontornável, pareceu-nos interessante estabelecer um paralelo entre o texto de Giddens e este seu texto, já que as influências são visíveis, como iremos constatar, nomeadamente na opção de fundo pela valorização primordial do impacto *das ideias e valores* na transformação social (cf. Giddens, 1997).

Seguiremos, então, a estrutura da obra de Giddens, procurando fazer referência a Weber sempre que tal venha a propósito ao correr da leitura do texto das *Transformações da Intimidade*.

226 1. ALGUNS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS WEBERIANOS DA ANÁLISE DE GIDDENS

Logo na introdução à obra *Transformações da Intimidade*, aqui analisada, Giddens chama a atenção para a relevância pública que a sexualidade tem vindo a assumir nas últimas décadas, graças, por um lado, às *expectativas revolucionárias* (Giddens, 1995, p. 1) que lhe foram adstritas por muitos pensadores, que a consideraram um domínio de liberdade, *não contaminado pela civilização moderna* (idem), quer, e sobretudo, pelas mulheres que, nas suas palavras, pela primeira vez na história, *reclamam igualdade em relação aos homens* (idem).

Giddens afirma não ter intenção de analisar a permanência das desigualdade ao nível económico e político, optando por se concentrar no *plano emocional em que as mulheres – tanto mulheres comuns, na sua vida quotidiana, quanto grupos feministas autoconscientes – foram pioneiras de mudanças de grande e generalizável importância* (idem). O seu objectivo é explorar as *potencialidades da 'relação pura'* (idem), cujas origens podem ser estudadas a partir do caso do amor romântico. Este, na perspectiva do autor, afectou sobretudo as expectativas femininas, contribuindo para as situar no seu espaço – a casa – e para a convicção da possibilidade de estabelecimento de uma ligação emocional estável com alguém, com base em atributos da própria relação (cf. idem).

Outro aspecto a desenvolver por Giddens, associado a este do amor romântico, é o aparecimento daquilo que o autor designa como *sexualidade plástica* (p. 2), isto é, liberta das necessidades da reprodução e resultante, por um lado, da tendência vinda do século XIX, de limitar as dimensões da família e, por outro lado, da contracepção moderna. A sexualidade plástica está profundamente associada ao *self*, à construção da identidade, como veremos.

Tanto o amor romântico, como a sexualidade plástica e os movimentos feministas contribuíram para a transformação da intimidade que Giddens estuda nesta obra e que define como *a negociação transaccional de laços pessoais de igual para igual* (p. 2). Nesta perspectiva, a intimidade implica uma democratização das relações interpessoais compatível com a democracia na esfera pública, podendo, portanto, constituir um factor de *influência subversiva* sobre as instituições modernas no seu todo, sobretudo porque Giddens parece crer na possibilidade de transformação da sociedade a partir de uma realização emocional capaz de substituir a maximização do lucro (p. 2).

Sendo esta obra de Giddens um estudo do domínio da transformação das relações sociais intersubjectivas, nomeadamente do ponto de vista da intimidade, é evidente que todo o texto se debruça sobre as experiências relacionais, sexuais e amorosas, portanto, sobre comportamentos intersubjectivos quotidianos. É possível estabelecer aqui um paralelo com a perspectiva sociológica de Max Weber, expressa sobretudo no seu escrito *Soziologische Kategorienlehre*, nomeadamente, com a sua noção de compreensão (*Verstehen*), explicação (*Erklärung*) e compreensão explanatória (*erklärendes Verstehen*), assim como com o seu conceito de *acção social* (*soziales Handeln*).

Weber define a sociologia como *a ciência que pretende compreender a acção social, interpretando-a, e, assim, explicá-la causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos* (WG, I § 1., p. 1). Por seu lado, a acção social é *aquela acção cujo sentido pensado pelo sujeito ou sujeitos da mesma se relaciona com o comportamento dos outros e cujo desenrolar se orienta para este* (idem). Portanto, a acção social tem uma componente subjectiva, intersubjectiva e interactiva e pode ser interpretada tanto do ponto de vista do significado concreto que o agente lhe dá (numa situação histórica concreta, com diz Weber: WG, I § 1. I. 1., p. 1), como em termos médios e aproximativos, numa determi-

nada massa de casos de agentes, ou ainda no contexto de um tipo puro, ideal de sentido, construído conceptualmente pelo(s) agente(s) (idem).

A sua concepção interpretativa da sociologia permite, assim, uma compreensão das acções sociais simultaneamente do ponto de vista da análise e interpretação do significado que lhe é atribuído pelo(s) seu(s) agente(s) e do ponto de vista do seu enquadramento num tipo ideal, que permite identificá-las, *generalizá-las*, enquadrá-las numa compreensão propriamente sociológica. Compreender (*verstehen*) é apreender a inteligibilidade subjectiva da acção – o sentido que o agente tem em mente ao agir (WG, I § 1. I. 5., p. 3) – mas, para que seja ultrapassado o nível da mera descrição, é necessário que a compreensão seja interpretativa (*erklärendes Verstehen*), que enquadremos a acção no contexto que a torna compreensível (idem). Weber dá o exemplo da observação/compreensão/interpretação da acção de um cortador de lenha. A um primeiro nível, pode compreender-se o que ele faz quando corta lenha, tal como compreendemos que $2 \times 2 = 4$ (compreensão directa), mas, para explicarmos os motivos que tem para a sua actividade, é necessário compreender que ele o faz a troco de um salário, por exemplo.

Weber conclui que a compreensão do contexto ou das conexões de sentido (*Sinnzusammenhänge*), sobre o qual se recorta o sentido dado à acção pelo seu agente e a relação entre o sentido da acção e a própria acção, é aquilo que nos permite interpretar realmente a acção (idem). A explicação causal significa, portanto, a constatação de que, *de acordo com uma regra de probabilidade determinável de qualquer modo, em casos ideais – e raros – mensurável, a um determinado processo observado (interior ou exterior) se segue um outro processo determinado (ou aparece conjuntamente com ele)*. (WG, I § 1. I. 7., p. 5). Se não for possível determinar a adequação de sentido de uma acção, então não podemos compreendê-la completamente (idem).

A sociologia tem, então, que trabalhar com conceitos-tipo (*Typen-Begriffe*) e que procurar regras gerais dos acontecimentos. No seu escrito *Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis*, Max Weber define o *tipo ideal* (*Idealtypus*) como uma

acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista e como uma síntese de um grande número de fenómenos concretos individuais, que são difusos, descontínuos, mais ou menos presentes ou então ocasionalmente ausentes, que são ordenados de acordo com esses pontos de vista acentuados unilateralmente, de modo a formar-se uma construção analítica unificada (p. 191).

Estes tipos ideias pretendem facilitar a análise da realidade, não constituindo um fim em si mesmos. O próprio Giddens, numa obra que contempla a análise do pensamento de Weber – *Capitalismo e Moderna Teoria Social* (1976) – comenta a este propósito: *a utilidade de um dado tipo ideal só pode ser avaliada em relação a um problema ou um tipo de problemas concretos, e o único propósito que orienta a sua elaboração é o facilitar a análise de questões empíricas* (p. 236).

A sociologia interpretativa de Weber compreende-se, como vimos, como uma análise de acções subjectivamente significativas, pelo que o acento é colocado nas interacções entre indivíduos: *'Acção' no sentido de orientação significativamente compreensível da própria conduta, só existe para nós como conduta de uma ou mais pessoas individuais* (Weber, WG, I § 1. I. 9., p. 6). Para Weber, as configurações sociais (*soziale Gebilde*) – Estado, cooperativas, sociedades anónimas, fundações – são apenas *desenvolvimentos e conexões de acções específicas de pessoas individuais* (idem), uma vez que, para o autor, apenas estas são sujeitos de acções sociais, porque capazes de acções intencionadas. A tarefa da sociologia é compreender a conduta dos indivíduos participantes nestas estruturas.

228 Do que foi explanado facilmente se deduz a influência de Weber sobre a obra de Giddens aqui em análise. Com efeito, parece poder considerar-se que o próprio ângulo de abordagem da questão – a intimidade – corresponde a esta opção hermenêutica por um estudo centrado na interacção entre os indivíduos e na análise dos modos de sentido atribuídos pelos próprios às suas interacções. Além disso, parece ser também possível estabelecer uma conexão entre os conceitos-ideais ou tipos de Weber e os conceitos de *relação pura* e mesmo de *amor romântico* e de *sexualidade plástica* que Giddens apresenta desde a introdução como sendo as categorias orientadoras do seu estudo.

2. EXPERIÊNCIAS QUOTIDIANAS, CASAMENTO, SEXUALIDADE E AMOR ROMÂNTICO À LUZ DAS NOÇÕES DE ACÇÃO E RELAÇÃO SOCIAL WEBERIANAS

Giddens considera que as nossas experiências interpessoais foram completamente transfiguradas, implicando-nos naquilo a que ele chama *experiências sociais quotidianas* (1995, p. 6). É esta transformação que ele se propõe analisar sociologicamente. Na sua perspectiva, a mudança ocorrida está directamente relacionada com as alterações ao nível do comportamento sexual, que foram maiores para as raparigas do que para os rapazes, de acordo com a investigação de Lillian Rubin, datada de 1989, a que Giddens se refere. Ora, estas alterações estão associadas à maior acessibilidade das mulheres, do ponto de vista sexual, o que as coloca em maior pé de igualdade com os homens: *as mulheres deixaram de ser tolerantes perante a perspectiva de que se devem comportar de maneira diferente dos homens* (Giddens, 1995, p. 8).

A par desta abertura, Giddens refere-se também à visibilidade adquirida pela homossexualidade como um outro indício de que a sexualidade entrou num processo de instabilidade, já que a possibilidade de *se ser* ou *se descobrir que se é homossexual abre a sexualidade a muitos objectos, a diferentes estilos de vida. É algo que cada um de nós ‘tem’ ou cultivava e deixou de ser uma condição natural adquirida* (ibidem, p. 11). Mais, *funciona como um elemento maleável do self, um ponto de ligação essencial entre corpo, auto-identidade e normas sociais* (idem).

Para responder às questões acerca das possíveis formas de interacção existentes entre as mudanças referidas e as transformações mais amplas na vida pessoal, assim como entre as mudanças surgidas nas últimas décadas em termos de comportamento individual e social e a conduta sexual, Giddens retoma a narrativa de Michel de Foucault sobre a sexualidade, para investigar a sua origem. Ora, para Foucault a *invenção da sexualidade* faz parte de processos envolvidos na formação e consolidação das instituições sociais modernas. Na sua perspectiva, os estados e as organizações modernas dependem do controlo que conseguem exercer sobre as pessoas no tempo e no espaço, passando este controlo pelo desenvolvimento de uma *política anatómica do corpo humano*, isto é, por *tecnologias de conduta do corpo visando regulamentar, mas também otimizar, as suas capacidades* (Foucault, cit. in: Giddens, p. 15). A política anatómica é o nó central da esfera do biopoder. No dizer de Foucault, a sexualidade é, portanto, uma construção social, *um segredo aberto*, um elemento preocupante que a moral vitoriana neutralizou através da sua redução a um discurso científico, médico, ao mesmo tempo que censurou pela via da especialização: a literatura médica não era acessível ao cidadão comum, particularmente, às mulheres.

Giddens, se concorda com este carácter de constructo social da sexualidade, tal como Foucault o concebe, critica-lhe a ausência de determinados elementos de análise, nomeadamente, a explicação da libertação da palavra relativamente ao desejo, que coloca a questão da sexualidade num registo diferente daquele patente no vocabulário “acéptico” típico da literatura médica.

Para Giddens, a principal alteração, surgida no século XIX, deve-se ao facto de, nesta época, a noção de amor romântico se ter introduzido na constituição dos laços familiares: *maridos e mulheres foram sendo cada vez mais encarados como colaboradores de um empreendimento emocional conjunto, facto que teve primazia mesmo sobre as obrigações em relação aos filhos* (p. 18). A tendência paralela para controlar o número dos filhos levou, pela primeira vez na história, à dissociação progressiva da sexualidade feminina da gravidez e do parto. Nasceu a *sexualidade plástica*, particularmente importante para as mulheres porque implica uma revolução na autonomia sexual feminina (cf. p. 19).

Ora, se é certo, tal como pensava Foucault, que o discurso se torna constitutivo da realidade social que retrata, penetrando na vida social de tal maneira que a reordena, e se é também correcto afirmar-se que este processo está relacionado com o poder, na perspectiva de Giddens, esta realidade deve ser encarada sobretudo como um fenómeno de *reflexividade institucional*: institucional porque *elemento estruturante básico da actividade social e meios modernos* (p. 20); reflexiva porque *esses termos, introduzidos para descrever a vida social, entraram na rotina e a transformaram (...) por se terem tornado parte dos padrões de acção adoptados pelos indivíduos e pelos grupos* (idem).

A expansão da reflexividade institucional é, então, uma das características das sociedades modernas, nas quais, mais do que deixarem-se conduzir por guiões pré-redigidos (inclusivamente no domínio da sexualidade), os indivíduos procuram escrever o seu próprio roteiro, através da sua própria experiência. De facto, *o self é hoje para todos um projecto reflexivo – uma interrogação mais ou menos contínua sobre o passado, o presente e o futuro* (p. 21). O movimento característico da modernidade, na perspectiva de Giddens, vai no sentido da *criação de sistemas referenciais internos* (p. 120), ao contrário do que acontecia em épocas anteriores. Este processo em aberto assoma de forma particular na luta das mulheres para se libertarem de papéis de género pré-determinados. O corpo tornou-se um lugar de visibilização da procura do *self* e das decisões do indivíduo moderno, nomeadamente, através da separação entre a sexualidade e a reprodução e através da socialização da natureza – um dos traços característicos da modernidade (cf. p. 124).

Cabe aqui uma pequena referência a Max Weber, nomeadamente, no que diz respeito aos vários tipos de orientação da conduta social, ainda a um nível metodológico, e no que toca aos factores que, na sua perspectiva, contribuem para a estabilidade e estabilização das relações sociais.

Antes de mais, Weber chama a atenção para o facto de nem todas as acções ou contactos serem sociais. Só o são quando o seu sentido se dirige à acção dos outros (cf. WG, I § 1. II. 3., p. 11). Distingue-se, então, entre quatro tipos de orientação da conduta social: a conduta *racional nos fins* (*zweckrational*), determinada por expectativas de comportamento de objectos do mundo exterior e de outras pessoas e utilizando estas expectativas como condições ou meios para atingir os seus próprios fins, medidos e alcançados racionalmente (cf. WG, I § 2. p. 12); a conduta *racional nos valores* (*wertrational*), determinada pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou de qualquer outra ordem de interpretação – próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem qualquer relação com o seu resultado (idem); a conduta *afectiva* (*affectuell*), uma conduta emocional, determinada por afectos e sentimentos (idem); a conduta *tradicional* (*traditional*), orientada por um hábito (*Gewonheit*) entranhado (idem).

Weber considera que as acções sociais dificilmente estão orientadas apenas para um destes tipos, existindo eles no seu *estado puro* apenas na sua categorização abstracta, com carácter instrumental para o sociólogo (cf. WG, I § 2. 5. p. 13). Aliás, a própria análise de

230 Giddens que aqui nos ocupa é exemplo de como as várias componentes racional, ética, afectiva e tradicional estão implicadas na acção intersubjectiva e na recomposição do *self* daí decorrente.

Importante ainda para a compreensão das alterações à relação entre géneros proposta por Giddens é a noção weberiana de relação social e a taxonomia conceptual dos principais tipos de relação e de organização social. Por *relação social*, Max Weber entende uma conduta orientada para a reciprocidade, com referência recíproca, pelo menos, bilateral (cf. WG, I § 3., p. 13). Esta bilateralidade não implica necessariamente que os dois (ou mais agentes) ponham o mesmo sentido na sua acção. De qualquer modo, existe relação social sempre que o agente espera determinada atitude do seu parceiro de acção e age de acordo com essa expectativa (cf. WG, I § 3. 3., p. 13-14).

No dizer de Weber, o sentido que constitui determinadas relações sociais em relações permanentes pode ser formulado sob a forma de máximas a que cada implicado adere, esperando que todos os outros envolvidos também o façam (cf. WG, I § 3. 6., p. 14). Ora, Giddens ocupa-se precisamente das relações que podem adquirir estabilidade – as *relações puras* – consideradas por Weber como dotadas de menos possibilidade de uma fundamentação racional da sua permanência, uma vez que são de ordem afectiva ou erótica (cf. idem).

É neste ponto que Giddens considera estarmos a passar por uma revolução com implicações mesmo para as relações sociais dotadas de um certo estatuto de permanência – as relações sociais de ordem política (como veremos mais adiante). Já vimos que o autor considera que a natureza do amor, nomeadamente, a emergência do amor romântico é um dos aspectos negligenciados na análise de Foucault. Giddens dedica-lhe um capítulo na obra analisada.

Como é sabido, na Europa pré-moderna os casamentos eram negociados com base em interesses económicos e não na atracção sexual mútua. O amor romântico *introduziu a ideia de narrativa na vida do indivíduo* (Giddens, 1995, p. 27), abriu o veio de uma história individual, entre um *eu* e um *tu* sem referência a processos sociais mais amplos, estabelecendo uma ponte entre a liberdade e a auto-realização típica do sujeito moderno. Aquilo que poderia parecer à partida contraditório para uma mentalidade moderna – a introdução da emoção na construção do futuro – aparece, afinal, na perspectiva de Giddens, como uma porta aberta para uma concepção aberta, na qual a paixão irracional – *uma conjura irreal de possibilidades no domínio da ficção* (p. 28), apanágio de *homens e mulheres astutas* na Idade Média (p. 27) – é substituída pela *via potencial para controlar o futuro* (p. 28).

Se o amor-paixão nunca foi uma força social, o amor romântico articula-se com profundas transformações, introduzindo a ideia de uma *história partilhada*, que separa simultaneamente o amor do aspecto errático típico do amor-paixão e a relação conjugal de outros aspectos da organização familiar. Numa sociedade moderna, a procura do *self* faz-se, então, a partir da busca da auto-identidade através da sua *validação pela descoberta do outro* (p. 31) e já não da sua referência a um património estático, tradicional, legitimador do agir. É assim que Giddens diz também que o poder patriarcal no domínio doméstico entrou em decadência precisamente na última parte do século XIX: a separação entre a casa e o trabalho desloca o centro da casa da autoridade paterna e masculina para a autoridade maternal e feminina. Ora, a idealização da mãe constitui o fio condutor da construção moderna da sexualidade e não é alheia ao ideal do amor romântico. Giddens conclui, então, que *o amor romântico era essencialmente o amor no feminino* (p. 29) e que o domínio do homem, separado da casa pelo trabalho, enfraqueceu (cf. p. 28).

Se, no século XIX, o amor romântico, associado à separação da casa e do trabalho, assim como à descoberta da maternidade, constituiu o início de uma revolução, actualmente, a separação entre a sexualidade e o casamento e a liberdade sexual, assim como a saída das mulheres da casa paterna e a entrada em compromissos formais no mundo do trabalho, são factores que contribuíram para a reestruturação do discurso e da visão feminina do casamento. O corte entre o casamento e as suas raízes tradicionais em factores externos leva as mulheres a considerarem-no à luz de um *elevado grau de reflexividade*, nas palavras de Giddens (p. 38). Aliás, o autor afirma que as adolescentes, hoje, falam sobretudo de *relação* e não de casamento (cf. p. 39).

Este termo com o *significado de um laço emocional contínuo com outrém* (idem) só recentemente entrou no uso corrente. Giddens avança aqui o conceito de *relação pura* para se lhe referir. Trata-se de uma

situação em que uma relação social foi assumida em si mesma, naquilo que pode resultar para uma pessoa da relação com outra e que dura apenas enquanto for considerada por ambas as partes como uma fonte de satisfação. (...) A relação pura (...) faz parte de uma sexualidade genérica reestruturadora da intimidade; emerge também noutros contextos da sexualidade que não o casamento heterossexual e encontra-se de algumas formas causalmente relacionadas com o desenvolvimento da sexualidade plástica (idem).

Como se situam os homens perante esta realidade do amor romântico, que Giddens identifica sobretudo com as mulheres? Na sua perspectiva, os homens são *retardatários nas transições actualmente em curso* (idem). É a primeira vez na história que os homens se vêem diante de si próprios porque diante de um outro, *é a primeira vez que os homens se descobrem a si próprios como homens* (idem). Incapazes de uma relação igualitária – já que, por tradição, o seu mundo é o exterior e o das mulheres, o interior, o seu mundo é o construtor da história – os homens *românticos* tornam-se escravos de uma mulher, aprendem a construir a sua vida em torno dela, mas não a organizar a sua vida autonomamente. Presume-se que, na perspectiva de Giddens, os homens são capazes de dependência, mas não de intimidade, precisamente devido à dificuldade de introduzirem a igualdade no seu relacionamento intersubjectivo, o que resulta, em grande parte, da interiorização de modelos herdados, mas, agora, em decadência.

Fará sentido fazer aqui, mais uma vez, uma referência a Weber. Para este, como vimos, podem existir relações sociais transitórias e permanentes e o sentido que constitui uma relação de modo permanente pode ser formulado sob a forma de máximas. Além disso, constatamos também que Weber não concede grande possibilidade de formulação racional do sentido das relações sociais de tipo erótico-afectivo. O autor considera que as acções que constituem objecto de estudo da sociologia são aquelas nas quais existem regularidades, isto é, cuja regularidade (recorrência) se deve à atribuição às mesmas de um sentido homogéneo (cf. WG, I § 4., p. 14). Entende-se por *uso* (*Brauch*) a probabilidade de uma regularidade na conduta se e na medida em que essa probabilidade, num círculo de pessoas, é dada unicamente pelo exercício de facto e entende-se por *costume* (*Sitte*) o uso cujo exercício assenta numa estabilidade duradoura (cf. WG, I § 4., p. 15).

A conformidade com o costume não é imposta por meio de qualquer sanção. O mesmo não acontece quando a regularidade da conduta é determinada por interesses, quer dizer, *se e na medida em que a existência empírica da sua probabilidade descansa unicamente no facto de os indivíduos orientarem a sua acção em atenção a fins por expectativas semelhantes* (WG, I § 4., p. 14). Giddens, no texto sobre Weber já referido, conclui que quando a relação social é motivada por interesse próprio, geralmente, é muito mais instável do que a que se baseia no costume (cf. Giddens, 1976, p. 254). Além disso, as relações sociais mais estáveis são aquelas em que as atitudes subjectivas dos indivíduos são orientadas pela crença numa ordem legítima (cf. idem).

232 Weber identifica a legitimidade com algo cuja transgressão acarretaria desvantagens para o transgressor, mas, para além disso, cujo cumprimento é ditado pelo sentido do dever (WG, I § 5. 1., p. 16). Chama-se *ordem* ao conteúdo de sentido de uma relação social quando *a acção se orienta (mediana ou aproximadamente) por 'máximas' que podem ser assinaladas* e fala-se de uma *legitimidade* dessa ordem quando *a orientação por aquelas máximas tem de facto lugar porque em grau significativo (isto é, em grau que pesa na prática) aparecem como válidas para a acção, obrigatórias ou modelares* (WG, I § 5. 2., p. 16). Quando uma ordem aparece como obrigatória aumenta a possibilidade de que a acção se oriente por ela.

A legitimidade de uma ordem pode estar assegurada de maneira puramente interior ou pela expectativa de consequências exteriores. No primeiro caso, a legitimidade pode ser assegurada por adesão afectiva, por adesão racional a valores, isto é, pela convicção da sua absoluta validade como expressão absoluta de valores vinculativos (éticos, estéticos ou quaisquer outros). A legitimidade assegurada interiormente pode ainda fundamentar-se na fé religiosa da dependência do acesso à salvação através do cumprimento da ordem. Mas, nos casos em que a legitimidade é assegurada exteriormente, uma ordem adquire o estatuto de convenção (*Konvention*) ou de direito (*Recht*). É convenção

quando a sua validade é garantida exteriormente pela probabilidade de o seu incumprimento, no contexto de determinado grupo, levar a uma certa reprovação geral e prática. Uma ordem é direito quando é assegurada exteriormente pela coacção física ou psíquica exercida por uma instituição encarregada de observar o seu cumprimento e de punir a sua transgressão (WG, I § 6. p. 17).

Na obra presentemente analisada, Giddens parece privilegiar as questões da legitimidade assegurada interiormente, tendo em consideração que se dedica em particular às alterações introduzidas nas convenções pelas práticas e discursos, sobretudo das mulheres, que reestruturam o *self* e, ao introduzirem a referência à *relação pura*, subalternizam a centralidade da própria instituição (pela instituição) do casamento. No entanto, isto não significa que a transgressão à ordem legítima assegurada interiormente não implique sanções pesadas para os transgressores. Weber afirma que

uma falta contra a convenção é sancionada, por vezes, com muito mais determinação do que a que poderia alcançar qualquer forma de coacção jurídica, através das consequências eficazes e sensíveis do boicote declarado pelos restantes membros do próprio estado (WG, I § 6. 1. p. 18).

Além disso, é necessário acrescentar que podem existir formas de legitimidade interior que consistem em interiorizações das formas de legitimidade asseguradas por coacção externa.

Antes de passarmos ao tema da dependência em Giddens, que faremos acompanhar de uma referência à questão da dominação em Weber, debruçemo-nos ainda sobre algumas questões relacionadas com os fundamentos para a atribuição de legitimidade a uma ordem.

Os agentes podem atribuir legitimidade a uma ordem por tradição, quer dizer, pela validação daquilo que sempre foi; por crença afectiva, emocional, e neste caso, valoriza-se aquilo que se descobre ou que se considera modelar, exemplar; por crença racional, validando-se o que é vigente como absoluto. Pode ainda atribuir-se legitimidade a uma ordem por causa da sua estatuição positiva, em cuja legalidade se crê. Esta pode ser tida como legítima em virtude de uma combinação entre os interessados, em virtude da outorgação por parte de uma dominação de alguém sobre outro tida como legítima, e da submissão (cf. WG, I § 7. p. 19). Nas palavras de Weber, entramos aqui no âmbito da sociologia do poder e da sociologia jurídica (cf. idem).

O autor considera a validade de uma ordem em virtude do carácter sagrado da tradição como a *forma mais universal e primitiva de validade* (WG, I § 7. 1., p. 19), à qual regressaremos, mais tarde, e para cujo desenvolvimento no terceiro capítulo do escrito aqui analisado Weber remete. Na sua perspectiva, a validação tradicional resulta do medo de determinados elementos mágicos, assim como da tendência psicológica para resistir à mudança e da associação desta forma de manutenção da legitimidade a interesses, nomeadamente, económicos (cf. idem).

Significativo para o tema de Giddens é ainda o facto de Weber considerar que, em épocas dominadas pelo tradicionalismo, uma *novidade* só poderia triunfar se se considerasse que sempre tinha sido válida, apesar de não ser conhecida ou de ter sido esquecida, isto é, uma novidade só tinha possibilidade de se impor se provasse que era tradicional (cf. WG, I § 7. 2., p. 19). Vejamos, então, mais de perto, as turbulências introduzidas por alterações que não são assumidas como de origem tradicional, assim como o impacto que causam sobre os seus agentes e reagentes.

3. DEPENDÊNCIAS E DOMINAÇÕES

Giddens alude a tendências actuais em certos grupos terapêuticos para compreender a dependência do sexo como um comportamento aditivo comparável a qualquer outro (cf. 1995, p. 45). A dependência define-se, normalmente, como *um comportamento compulsivo* (p. 49). Toda a vida social está rotinizada. Mas, as rotinas do quotidiano não são todas da mesma natureza. Retomando as distinções estabelecidas por Craig Nakken (cit. p. 49), Giddens faz uma distinção entre modelo, hábito, compulsividade e dependência. Assim, *modelo é uma rotina que ajuda a ordenar a vida diária*, mas que um indivíduo *pode alterar quando necessita* (idem). Um *hábito* é mais limitativo do que um modelo, porque *é necessário um esforço de vontade distinto para o alterar ou quebrar* (idem). Está associado a palavras como *sempre* e *nunca*. Por sua vez, uma *compulsividade* é *uma forma de comportamento que um indivíduo acha muito difícil ou impossível parar apenas pelo poder da vontade e cuja realização produz um alívio de tensão* (idem). Toma a forma de rituais estereotipados e a sua não realização provoca ansiedade.

Ora, as dependências são compulsivas, mas não são rituais menores. Uma dependência pode ser definida como *um hábito padronizado que está compulsivamente enraizado e cuja quebra gera uma incontável ansiedade* (idem). Mas, para Giddens, a dependência é antes de mais *uma desistência do self, um abandono temporário da preocupação reflexiva com a protecção da auto-identidade* (p. 50) e manifesta uma *acentuada incapacidade de suportar determinadas formas de ansiedade* (p. 51). O dependente é alguém que se recusa a aceitar tranquilamente a sorte que lhe coube (cf. idem). Ora, numa época em que determinadas vertentes da vida deixaram de ser formatadas por modelos e hábitos pré-existentes, o indivíduo é obrigado a negociar opções e estilos de vida quotidiana, que, como já vimos, Giddens identifica com os pedaços de narratividade constitutivos do *self*.

Deparamo-nos, assim, com o contraste entre as culturas tradicionais (de legitimação tradicional, para retomar Weber) e a cultura moderna. A dependência não faz sentido numa situação em que a repetição controla a ansiedade (faz-se hoje o que se fez ontem). Quando a tradicionalidade da cultura era garantida pelo suporte de um modelo social, os indivíduos não podiam escolher livremente, por isso, não tinham *a obrigação de se descobrirem a si próprios nas suas acções e nos seus hábitos* (Giddens, 1995, p. 52), não sofriam de *falta de habilidade para colonizar o futuro* (p. 53).

Giddens tira implicações desta reacção defensiva – a dependência – para a sexualidade feminina e para a sexualidade masculina. Assim, se em épocas anteriores, valia o adágio

234 *as mulheres querem amor; os homens sexo*, actualmente, pode dizer-se que as mulheres também querem sexo, isto é, que *a experiência sexual se tornou mais acessível do que alguma vez foi* e que *a identidade sexual constitui parte central da narrativa do self* (p. 53). Trata-se, para as mulheres, na perspectiva de Giddens, de procurar adquirir a sua autonomia e a sua realização.

A compulsividade sexual masculina tende a ser diferente. Giddens pergunta-se se se poderá dizer que ela se identifica pura e simplesmente com a sexualidade masculina, mas, agora, *liberta dos seus constrangimentos tradicionais* (p. 57). Numa sociedade em que as mulheres se tornaram mais acessíveis, o jogo da sedução transtornou-se. Os *mulherengos são sedutores numa era em que a sedução se tornou provavelmente obsoleta* (p. 58). A compulsividade resultará, então, da ansiedade provocada pela insegurança perante a igualdade sexual feminina, na qual a conquista masculina perdeu a sua principal dinâmica, gerada, em tempos, pela inacessibilidade feminina e pela desigualdade.

Giddens considera que, se é verdade que a sexualidade masculina não foi problemática nas circunstâncias dominantes até há pouco, é também verdade que a sua natureza foi ocultada por um conjunto de influências sociais que estão a ser alteradas, entre as quais se contam a dominação dos homens na esfera pública, a vida dupla, a divisão das mulheres em puras e impuras, a atribuição da origem da divisão sexual a um plano divino, natural ou biológico, a irracionalização das mulheres, a divisão sexual do trabalho (cf. p. 77).

Todos estes factores – representativos de formas sociais anteriores – ao diluírem-se, provocam perturbações na sexualidade masculina, tornando-a compulsiva. É interessante o paralelo que Giddens estabelece entre esta compulsividade e a compulsividade da *odisseia* da modernidade, vista a partir das suas instituições públicas, nomeadamente, na sua preocupação com *o controlo e a distância emocional, mas delimitadas por uma potencial violência* (p. 77).

O autor retoma os estudos de Chodorow sobre o desenvolvimento psicológico da sexualidade masculina, concretamente no que diz respeito à influência da mãe (superior à do pai) e de outras pessoas que cuidam da criança (cf. cit. in: Giddens, p. 79). Estes estudos contrariam a perspectiva freudiana da castração e da figura da mulher como uma pessoa castrada, uma vez que se considera que as crianças vêem a mãe como *todo-poderosa* (p. 80). Sendo assim, a primeira figura de identificação da criança é a mãe.

O processo de independência passa pela libertação face a esta figura. Chodorow conclui que o processo de libertação masculina constitui um desvio, uma vez que passa pela necessidade de cortar com a feminilidade, para adquirir identidade diferente, enquanto que o processo de construção de identidade feminina não passa por este corte.

As origens da auto-identidade masculina prendem-se com um profundo sentimento de insegurança, um sentimento de perda que inconscientemente assalta mais tarde as memórias do indivíduo. A confiança básica, a própria fonte de segurança ontológica, está intrinsecamente comprometida, uma vez que o rapaz é abandonado ao mundo dos homens pela pessoa que foi o principal adulto amado com quem podia contar (Giddens, 1995, p. 80).

O nosso autor conclui, então, que muitos homens têm dificuldade em gerir um processo de construção do *self* que passa pela digestão da dor da privação do amor materno como passo necessário ao próprio percurso de auto-identificação. A dificuldade em integrar essa dor no processo narrativo constitutivo do eu pode levar o homem quer a recusar o próprio processo, quer a manifestar uma *raiva aberta* e mesmo violência contra as mulheres (p. 81). Esta dever-se-á sobretudo ao declínio da dominação patriarcal, que garantia por direito a predominância masculina e a exclusão das mulheres do acesso aos domínios ditos *masculinos* (cf. p. 84 e 85).

A pornografia é uma outra forma de manifestação da sexualidade compulsiva como forma de superação da ansiedade provocada pela opacidade feminina. Através da pornografia, os homens pensam conseguir saber *o que as mulheres querem e como lidar com o desejo delas nos seus próprios termos* (p. 83).

Quais são, então, as consequências para as raparigas de um processo de auto-identificação que não passa por uma ruptura matricial, como aquela a que os rapazes são sujeitos? Retomando, mais uma vez, os estudos de Chodorow, Giddens recorda que cada um dos sexos ganha e perde na construção da sua identidade. Embora o rapaz perca mais e as raparigas tenham um *sentido mais forte de identidade de género*, elas têm um *sentido mais fraco da sua autonomia e da sua individualidade*, enquanto *os rapazes são mais capazes de acções independentes* (Giddens, 1995, p. 86).

A uma argumentação do foro psicológico, Giddens acrescenta tópicos de ordem sociológica. A *invenção da maternidade*, resultante da separação entre a casa e o trabalho e da emergência do amor romântico, que associa a mulher-esposa à mulher-mãe (cf. p. 28-29), cria uma situação em que a mãe é a figura todo-poderosa. O processo de construção de uma identidade própria, como vimos, resulta, para os homens, numa perda na capacidade de autonomia emocional necessária à construção da intimidade. Para as mulheres, a construção da identidade passa pelo ganhar autonomia emocional, instrumento necessário à capacidade de intimidade, mas resulta numa perda de autonomia social.

No entanto, esta situação parece estar a passar senão por uma reconversão, pelo menos por um processo marcado pela contradição ou a ambiguidade. Giddens pergunta-se *se fará sentido considerar a submissão como um factor peculiar do desenvolvimento psicosssexual feminino, como o estereótipo sugere* (p. 88). A sua resposta é negativa. Tanto os rapazes, como as raparigas articulam impulsos de submissão e de dominação, sendo este último um *resíduo da consciência reprimida da prematura influência da mãe* (idem). Além disso, a educação, por exemplo, corresponde muito mais às capacidades das raparigas, o que se traduzirá num reforço da sua autonomia social. A relação das mulheres com o poder masculino é ambivalente, no dizer de Giddens (cf. p. 91). A procura de igualdade pode entrar em choque com a necessidade de protecção, resultante da dificuldade de gerir a autonomia externa.

Mas, além de se perguntar se o estereótipo da submissão feminina faz sentido, Giddens questiona-se também acerca da validade da afirmação da *masculinidade como perda*, dada a *persistência da dominação patriarcal* (idem), expressa numa divisão de trabalho que continua intacta e na relutância masculina em *largar as rédeas do poder*, tanto em casa como no trabalho. Conclui que, apesar destas realidades, algo mudou que ameaça o poder masculino: a cumplicidade das mulheres com a ordem estabelecida parece estar agora posta em causa (cf. idem).

As questões dos modelos de relação social e das formas de poder interessaram sumamente a Weber. No escrito *Soziologische Kategorienlehre*, o autor distingue entre comunidade (*Vergemeinschaftung*) e sociedade (*Vergesellschaftung*), sendo a primeira definida como uma relação social em que a atitude na acção social se inspira numa afinidade (*Zusammengehörigkeit*) dos implicados, sentida subjectivamente (afectiva ou tradicionalmente) (cf. WG, I § 9, p. 21). A segunda, por seu turno, é definida como uma relação social em que a atitude na acção social se inspira numa compensação de interesses de motivação racional (de fins ou valores) ou numa união de interesses de igual motivação (cf. idem).

Weber considera que o melhor exemplo de comunidade (de fundamentação afectiva, emocional ou tradicional) é a família. Mas, acrescenta que é possível uma família ser sentida pelos seus membros como comunidade e ser utilizada como sociedade (cf. WG,

236 I § 9. 2., p. 22). Mais, apesar de considerar que a comunidade, normalmente, é o contrário da luta (uma relação social determinada pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência da outra ou outras partes – cf. WG, I § 8., p. 20), Weber afirma ser possível, aliás, comum, a existência, mesmo nas comunidades mais íntimas, de violações de todo o tipo contra as pessoas mais *transigentes*, uma vez que, também na comunidade se coloca a questão da *selecção e da sobrevivência* (cf. WG, I § 9. 3., p. 22). O autor não avança nenhum exemplo em concreto. Poderá pensar-se, eventualmente, nas mulheres como um dos grupos tidos como *transigentes*?

Uma relação social – comunidade ou sociedade – é *aberta* ao exterior se e na medida em que a participação na acção social recíproca que a constitui no seu sentido não é negada a ninguém pelos regulamentos que regulam essa relação e que esse alguém se encontra em situação real de poder tomar parte dela. Uma relação social é *fechada* ao exterior quando e na medida em que a participação esteja excluída, limitada ou submetida a condições impostas pela natureza da acção ou pelos ordenamentos que a regulam. Weber diz ainda que o carácter aberto ou fechado das relações sociais pode ser determinado por condicionantes tradicionais, afectivas ou racionais (cf. WG, I § 10, p. 23).

Mais uma vez, a família aparece como exemplo de uma relação social fechada em virtude da tradição e as relações eróticas aparecem como exemplo de uma relação também fechada por razões afectivas, fundadas em sentimentos (cf. WG, I § 10. 1., p. 24). Giddens identifica precisamente as turbulências provocadas pela intromissão da lógica da relação fechada por motivos afectivos (relação erótica) na relação fechada por motivos tradicionais, uma vez que analisa a influência do amor romântico (ainda que não tanto o amor-paixão, como vimos) no estabelecimento de uma relação pura, que, por sua vez, vai constituir a nova racionalidade fundamentadora da própria instituição tradicional do casamento.

Uma relação social pode implicar que a acção de cada um dos participantes se atribua a cada um dos demais, sendo, então, marcada pela solidariedade, ou que a acção de determinado participante se atribua aos restantes, sendo, então, caracterizada pela representatividade (cf. WG, I § 11, p. 25). Segundo Weber, a situação da solidariedade é típica das comunidades familiares, reguladas pela tradição (cf. WG, I § 11. 2., p. 25). No entanto, ao definir associação (*Verband*), parece introduzir alguns elementos próprios da acção por representatividade ou, pelo menos, parece ficar claro que a sua noção de solidariedade entre parceiros (*Solidaritätsgenossen*) não implicará necessariamente a igualdade.

De facto, por associação o autor entende *uma relação social com uma regulamentação limitadora para o exterior quando a manutenção da sua ordem está assegurada pela conduta de determinadas pessoas especialmente destinadas a este propósito* (WG, I § 12., p. 26). Ora, na sua perspectiva, ao falar-se de associação é indiferente que se trate de uma sociedade ou comunidade, porque *é suficiente a presença de um dirigente*, entre os quais, *a cabeça de família*, cuja conduta se dirige *à realização da ordem da associação*, que possui um carácter *coactivo* (WG, I § 12. 1. p. 25).

Estas questões têm implicação directa com a noção de poder (*Macht*), que Weber define como *a possibilidade de impor a vontade própria numa relação social, mesmo contra resistências e qualquer que seja o fundamento dessa possibilidade* (WG, I § 16, p. 28). Por sua vez, por dominação (*Herrschaft*) entende-se *a possibilidade de conseguir obediência a uma ordem com determinado conteúdo por parte de determinadas pessoas* (idem).

O autor considera o conceito de poder sociologicamente neutro, uma vez que todas as pessoas poderão estar em condições de fazer impor a sua vontade numa determinada circunstância. O mesmo não se passa com a dominação (cf. WG, I § 16. 1., p. 28s), pelo que

nos debruçaremos mais longamente sobre ela, também pelas implicações para a questão da dependência que analisamos na obra de Giddens.

Antes de mais, Weber chama a atenção para a situação de domínio exigir a presença efectiva de alguém que manda eficazmente sobre outro, sem a necessidade de um quadro administrativo ou de uma associação (cf. WG, I § 16. 2., p. 29). O patriarca constitui um exemplo disto mesmo. Para desenvolvermos este aspecto – do patriarcalismo – temos que avançar para os tipos de dominação analisados por Weber no Capítulo III do escrito *Soziologische Kategorienlehre* (WG, III, pp. 122-176).

Depois de voltar a definir dominação nos termos já enunciados no Capítulo I, Weber precisa que não se tem em mente todas as possibilidades de exercer poder ou influência sobre outros. Quando se fala de dominação ou de autoridade (*Autorität*) tem-se em mente os diversos motivos que podem levar à obediência, desde o simples hábito, até à consideração sob o ângulo dos objectivos racionais. Seja como for, o motivo último para a aceitação da dominação é a crença na sua legitimidade (cf. WG, III, 1. § 1., p. 122). Para tanto, aquele que se quer fazer obedecer deve procurar despertar e conservar a obediência dos outros (cf. *idem*). Por obediência entende-se que a acção daquele que obedece se orienta essencialmente como se o conteúdo da ordem se tornasse a máxima para a sua conduta, por si mesma e apenas em resultado da relação de obediência estabelecida, independentemente da consideração da validade ou invalidade da ordem (cf. WG, III, 1. § 1. 4., p. 123).

Existem três tipos puros de dominação legítima, determinados pelas diferentes validações da mesma, quer elas sejam de índole racional (com base na crença na legalidade das ordens dadas no exercício da dominação), tradicional (baseada na crença comum na sacralidade da tradição vigente e na legitimidade daqueles que exercem a autoridade em seu nome) e carismática (baseada na entrega extraordinária à santidade, heroísmo ou exemplaridade de uma pessoa e da ordem por ela revelada ou criada) (cf. WG, III, 1. § 2., p. 124).

Interessa-nos particularmente a dominação tradicional, onde Weber situa o patriarcalismo, que Giddens afirma estar posto em causa, entre outros motivos, pelos movimentos de emancipação da mulher e pela separação entre o trabalho e o lar (Giddens, 1995, p. 28). Ora, Weber define a dominação tradicional como sendo baseada na antiguidade, na imemorialidade das regras tradicionais e na fidelidade serviçal que liga os subordinados ao senhor, que, aliás, tem um poder arbitrário, baseado na margem de manobra que a própria tradição lhe concede (cf. WG, III, 3. § 6., p. 130s).

Um dos tipos mais importantes de dominação tradicional é o patriarcalismo, situação na qual uma associação familiar e económica é dominada por um único, designado de acordo com a regra da herança (cf. WG, III, 3. § 7a. 1. p. 133). Associa-se frequentemente à gerontocracia, uma outra forma de dominação tradicional, baseada do domínio dos mais velhos, porque mais conhecedores da tradição sagrada (*idem*).

Mas, tanto a gerontocracia como o patriarcalismo são ainda formas de dominação exercida no interesse dos dominados, melhor, dos *companheiros* (*Genossen*). Neste sentido, o senhor ainda é dependente da vontade de obediência dos companheiros, embora eles o sejam por força da tradição. Aliás, também não podem ser considerados *membros* (*Mitglieder*). Devem obediência a um senhor, não a regras estabelecidas independentemente deste. Parece que se está perante uma situação de múltiplas dominações – o senhor domina os companheiros, mas, em boa verdade, só domina porque eles acreditam que o senhor o é por força da tradição. O senhor é, assim, dependente, ele próprio, da tradição e da obediência que lhe é *concedida* em nome dela.

238 Poderá ser sobre o processo de quebra do encantamento *do fazer-se obedecer e o obedecer* que Giddens escreve:

As mulheres voltaram a protestar e libertaram-se do seu confinamento ao meio doméstico e às limitações de autodesenvolvimento que ele implicava. Os homens continuam prisioneiros do papel de ganha-pão, apesar de os benefícios económicos que eles oferecem às mulheres provocarem actualmente mais ressentimento do que apreço. (Giddens, 1995, p. 103-104).

4. A INTIMIDADE COMO DEMOCRACIA

No fim do percurso, Giddens procura prever o impacto das transformações ocorridas na intimidade sobre a democratização da vida pessoal, sendo que *a sexualidade é um terreno de luta política fundamental e também um meio de emancipação* (p. 125), como diziam, aliás, Reich e Marcuse, autores para quem uma sociedade não repressiva seria uma sociedade em que a sexualidade estaria liberta da compulsividade, isto é, estaria associada à autonomia de acção, no contexto daquilo que Giddens designou ao longo da obra como uma *relação pura*, sob o signo de uma *sexualidade plástica*.

O autor começa por recordar que a democratização da vida pública foi um projecto sobretudo masculino, no qual as mulheres conseguiram participar apenas devido aos seus próprios esforços e lutas. Tendo em conta o desenvolvimento de raciocínio de Giddens ao longo das *Transformações da Intimidade*, é evidente que ele considera as mulheres como as principais autoras da democratização da esfera privada, que *está na ordem do dia* (p. 127).

Para consubstanciar esta sua afirmação, o autor começa por evocar o significado da democracia política como a criação de circunstâncias em que as pessoas possam desenvolver e exprimir as suas capacidades, respeitando, simultaneamente, as capacidades dos outros; a negociação das decisões por parte daqueles a quem elas afectam, a fim de evitar um exercício arbitrário da autoridade política e do poder coercivo; o envolvimento dos indivíduos na determinação das condições da sua cooperação e ainda o aumento das oportunidades económicas, a fim de libertar os indivíduos das necessidades primárias, para poderem concentrar-se em atingir os seus objectivos, em suma – resultados a obter para alcançar maior igualdade entre os cidadãos (cf. Giddens, pp. 127-128).

Na perspectiva do autor, o fio condutor destas diferentes aspirações é a ideia de autonomia, quer dizer, da *capacidade individual para a auto-reflexão e a autodeterminação*, cujo desenvolvimento foi impossível enquanto os direitos e deveres políticos estiveram presos à tradição e as prerrogativas de propriedade estiveram fixadas (p. 128). Giddens cita a definição do *princípio de autonomia* da autoria de David Held, de acordo com a qual

os indivíduos deveriam ser livres e iguais na determinação das condições das suas próprias vidas; isto é, deveriam gozar de direitos iguais (e, conseqüentemente, de obrigações iguais) na especificação da estrutura que gera e limita as oportunidades que lhes são disponíveis, desde que não usem essa estrutura para negar os direitos dos outros» (cit. in Giddens, p. 128).

É lícito fazer remontar a problemática da autonomia aqui enunciada à teoria sociológica de Weber. No seu escrito *Soziologische Kategorienlehre*, a autonomia está relacionada com os vários tipos de associação (*Verband*), que pode ser autónoma ou heterónoma, autocéfal ou heterocéfal. A autonomia significa, então, que a ordem da associação não é outorgada por alguém que lhe é exterior, mas sim pelos próprios membros da associação e pelo facto de o serem (cf. WG, I, § 12. 3., p. 26).

Giddens enuncia algumas condições para a realização do princípio de autonomia, em democracia, a saber, a participação efectiva dos indivíduos, para a qual devem ser dis-

ponibilizados todos os meios necessários, assim como a criação de um fórum de debate onde sejam oferecidos instrumentos institucionais para facilitar a negociação, a mediação, o consenso, sendo igualmente reconhecida a legitimidade do pluralismo de ideias (cf. Giddens, p. 129).

Uma outra característica da democracia é a responsabilidade pública das decisões, isto é, o debate e a possibilidade de escrutínio público, em caso de necessidade, de forma a garantir que a ordem política democrática continue a inspirar confiança (cf. idem).

A institucionalização do princípio da autonomia passa também de forma decisiva pela especificação dos direitos e deveres, que têm que ser substantivos e não meramente formais, negociados e não simplesmente assumidos, ao contrário do que acontecia, por exemplo, no direito medieval. *Os direitos são essencialmente formas de autorização, são dispositivos autorizados. Os deveres especificam o preço que tem de ser pago pelos direitos atribuídos* (idem). A democracia é incompatível com o privilégio, que implica a desigualdade de acesso a direitos de posseção.

Depois de definido o significado da democracia, Giddens estabelece, então, uma relação entre esta e a intimidade, através do princípio da emergência da relação pura e da operacionalização do princípio da autonomia, identificado com a *realização do êxito do projecto reflexivo do self – a condição de um indivíduo se relacionar com os outros de um modo igualitário* (p. 130). A democratização da vida pessoal implica, pois, um relacionamento interpessoal que não seja pautado pela violência e o abuso, tradução, aliás, ao nível privado, dos princípios da democracia na vida pública relativos ao respeito pelas características e opções dos outros. A determinação das condições de cooperação – outro princípio da democracia pública – tem toda a relevância na vida privada, exprimindo, na perspectiva de Giddens a diferença entre o casamento tradicional e o actual (cf. p. 130-131).

No que diz respeito aos direitos e deveres na vida pessoal, estes passam pelos direitos de realização da intimidade, nomeadamente, pela possibilidade de as mulheres darem início aos processos de divórcio, isto é, de reacção contra uma relação opressora, e de limitação da capacidade do homem para impor o seu domínio (cf. idem). Os deveres são também mútuos e não são passíveis de negociação.

Tanto a responsabilidade, como a autoridade, estão profundamente ligadas à confiança na relação pura. A confiança sem responsabilidade torna-se unilateral, gerando dependência; a responsabilidade sem confiança significa, afinal, desconfiança, quer dizer, indagação contínua dos motivos e acções do outro (cf. 132).

Pode dizer-se que esta última parte da obra em questão é sobretudo prospectiva, adquirindo, por vezes, mesmo um certo tom programático. No entanto, não deixa de ser possível afirmar com o autor que

ninguém sabe se se desenvolverá, a nível global, um quadro de instituições democráticas ou se, alternativamente, o mundo político deslizará para uma destruição que pode ameaçar todo o planeta. Ninguém sabe se as relações sexuais se tornarão uma terra perdida de ligações provisórias, marcada tanto por antipatia emocional quanto por amor, e aterrada pela violência. (p. 135)

Embora seja necessário prosseguir a reflexão acerca dos custos da sua conclusão, nomeadamente, dos grupos sociais que os estão a pagar,

há boas razões para sermos optimistas em ambos os casos, mas, numa cultura que abandonou o providencialismo, o futuro tem uma vez mais de ser construído contra um pano de fundo de reconhecido risco. (idem).

A leitura da obra de Giddens levanta algumas questões. Se estamos perante um texto que ousou analisar sociologicamente áreas à primeira vista mais relacionadas com a psicologia (daí a referência do autor a vários estudos neste domínio), transformando em assunto social o domínio dos sentimentos e experiências não só privadas, como mesmo íntimas, por outro lado, a opção por uma análise que deixa de lado as questões da desigualdade ao nível económico e político – aliás, intencional (recorde-se que o autor o diz explicitamente logo no início do estudo) – poderá ter ignorado factores que, além de decisivos para a interpretação da relação pública entre os géneros, nomeadamente, ao nível da distribuição e exercício do(s) poder(es), influenciam também o próprio âmbito sobre o qual se debruça o estudo de Giddens. Basta pensar-se, por exemplo, na forma como as mulheres e os homens gerem o seu tempo e nas implicações dessa gestão para a vida pessoal e privada, para compreender que o privado é directamente influenciado pelo público e pela forma como ainda subsistem dicotomias a este nível. Muitas passam, inclusivamente, pela manutenção da ideia de que o social é masculino e o privado feminino, o que leva muitas mulheres à necessidade de gerirem o seu tempo público e privado tentando um equilíbrio que resulta de uma organização social estruturada contra o tempo privado.

Talvez seja por esta mesma renúncia à análise do impacto do público sobre o privado que a última parte do livro, dedicada à *intimidade como democracia* parece cair quase num estilo programático ingénuo, como se se entrasse num registo de ética na política, certamente útil, mas um tanto deslocado numa obra de carácter sociológico. Para analisar o impacto da relação pura na democracia pública e vice-versa, seria necessário analisar também os mecanismos políticos que continuam a perpetuar uma desigualdade incompatível com o princípio de autonomia e de paridade constitutivos deste tipo de relação.

Terminamos com a plena consciência da insuficiência desta leitura, particularmente no que diz respeito à possibilidade de um outro roteiro a partir, nomeadamente, da problemática da democracia em conjugação tanto com o princípio da autonomia, como da racionalidade, tema caro a Weber e a Giddens, sobretudo na sua análise da construção do *self* na modernidade, tema que, aliás, o autor desenvolve em outras obras suas.

Caso se tivesse optado por essa abordagem, teria sido necessário fazer um estudo comparativo entre a apologia da democracia de Giddens e as várias formas e etapas de dominação, com as concomitantes facetas do poderes e dos poderes delineados por Weber. Mas, teria sido também necessário ter em conta a *atitude de ambiguidade de julgamento moral e de cepticismo mais ou menos vincado* de Weber (Ferreira, 1995, p. 168), resultante da sua desconfiança perante formas de exercício democrático como o sufrágio popular, os partidos políticos e a vida parlamentar (cf. idem). Além disso, teria sido ainda pertinente um estudo da problemática da autonomia, concretamente, na área da sociologia do direito weberiana, onde a temática é desenvolvida.

- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe*. 2 vol., Paris, Le Plon.
- Ferreira, J. M. C. et al. (1995). *Sociologia*. Alfragide, McGraw-Hill.
- Giddens, A. (1976). *Capitalismo e Moderna Teoria Social. Marx, Durkheim, Max Weber*. Lisboa, Ed. Presença.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Modernity: Self and Society in the Late Modern Age*. Stanford, Stanford University Press.
- Giddens, A. (1995). *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras, Celta Editora.
- Kaplan, G. (1992). *Contemporary Western European Feminism*. Londres, UCL Press.
- Käppeli, A.-M. (1991). Scènes Féministes. In: Duby, G. e Perrot, M. (Dir.), *Histoire des Femmes. Le XIX^e Siècle*. Paris, Plon, pp. 495-525.
- Nogueira, C. (2000). Feminismo e Psicologia Social. Contribuições para uma perspectiva crítica. In: Toldy, T. M. e Cardoso, J. C. (Ed.), *A Igualdade entre Mulheres e Homens na Europa às Portas do Século XXI*. Porto, Ed. Universidade Fernando Pessoa, pp. 247-273.
- Weber, M. (1921). Soziologische kategorienlehre. In: Winckelmann, J. (Ed.), (1980⁵) *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der Verstehenden Soziologie* Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), pp. 1-180.
- Weber, M. (1922). Die 'Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In: Winckelmann, J. (Ed.), (1988⁷), Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), pp. 146-211.

[NOTAS DE FIM]

¹ Aqui utilizada na sua tradução portuguesa: *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (1998).

² Citado a partir daqui através da sigla WG = Wirtschaft und Gesellschaft.